

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO, NATUREZA, SEDE E CONCEITOS ESTRATÉGICOS
(Arts. 1º e 2º)

~~Art. 1º A Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia — UNICORP-TJBA, criada por decisão plenária do dia 21 de novembro de 2008, e instituída pela Resolução Nº. 22/2008, de 21 de novembro de 2008, integra a estrutura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, não possuindo natureza jurídica. (Alterado Conforme Resolução N. 5, 21 de julho de 2010)~~

Art. 1º A Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – UNICORP-TJBA, criada por decisão plenária do dia 21 de novembro de 2008, e instituída pela Resolução Nº. 22/2008, de 21 de novembro de 2008, alterada pela Resolução nº 5/2010, de 21 de julho de 2010, integra a estrutura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, não possuindo natureza jurídica.

§1º Os conceitos e componentes estratégicos da UNICORP-TJBA, alinhados aos parâmetros do Plano Diretor do Poder Judiciário do Estado da Bahia – PDJ, são:

I – FINALIDADE: planejar, implantar, consolidar e expandir sistema integrado de educação corporativa, alinhado às diretrizes e aos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal e ajustado às necessidades da Justiça do Estado da Bahia em suas diversas áreas;

II – MISSÃO: proporcionar aprendizagem continuada e educação corporativa para a qualificação e o desenvolvimento da excelência pessoal e profissional dos magistrados, servidores e colaboradores da Justiça do Estado da Bahia;

III – VISÃO DE FUTURO: contribuir para consolidar a Justiça do Estado da Bahia como centro de referência em prestação jurisdicional, com eficiência em gestão pública e motivação humana, por meio do aprendizado contínuo, educação corporativa e fortalecimento da cultura organizacional;

IV – DIRETRIZES ESTRATÉGICAS:

a) utilização de metodologia de ensino a distância (EAD), com tecnologias avançadas, tais como ferramentas da *Web*, videoconferência e teleconferência, ampliando os níveis e alcance dos cursos a todo o Estado da Bahia;

b) parcerias com órgãos públicos, especialmente do Poder Judiciário, e com instituições de ensino públicas e privadas para realização de cursos de alto nível;

c) acesso ao conhecimento por meio de variadas opções de autodesenvolvimento, tais como bibliotecas, banco de teses, dissertações e monografias, *etc.*;

d) promoção de práticas de gestão que favoreçam a descoberta de talentos no Estado da Bahia e o desenvolvimento de espírito de equipe, conciliando as competências individuais com as necessidades institucionais;

e) realização de ações educacionais que propiciem a pesquisa, o fomento à cultura, o fortalecimento da cidadania e da responsabilidade sócio-ambiental;

f) democratização do acesso ao conhecimento, oferecendo modernas práticas educacionais, favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos magistrados e servidores, bem como o atendimento ao disposto nos arts. 63, 191, VII, 211 e 212 da Lei nº. 10.845/2007 – Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia, além dos parágrafos 4º, do art. 6º, único, do art. 8º e 1º, do art. 10, todos da Lei 11.170, de 26 de agosto de 2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores

deste Poder.

§2º Visando a atingir sua finalidade, a UNICORP-TJBA desenvolverá ações para:

- I – aprimorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade e a melhoria institucional, por meio da conscientização e capacitação do seu quadro funcional;
- II – promover e intensificar programas de treinamento sistemático e progressivo, voltados para a formação e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos magistrados e servidores da Justiça do Estado da Bahia;
- III – implantar e desenvolver cursos no nível de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão, com recursos próprios ou mediante convênios com universidades, centros culturais e de pesquisa, públicos ou privados, observada a legislação pertinente;
- IV – desenvolver e manter projetos, atividades e programas de cooperação técnica com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais sobre matéria de interesse da Justiça Estadual;
- V – Identificar necessidades, planejar e executar programas de desenvolvimento gerencial para a Justiça do Estado da Bahia;
- VI – planejar e executar programas de formação inicial e de preparação dos juízes estaduais substitutos recém-ingressos;
- VII – promover cursos e eventos, voltados para a atualização e o aperfeiçoamento dos magistrados estaduais;
- VIII – promover a capacitação continuada, incluindo-se a formação inicial, o aprimoramento e a reciclagem do quadro de servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- IX – desenvolver ações de treinamento e capacitação de parceiros, colaboradores e prestadores de serviços;
- X – incentivar a pesquisa básica e aplicada e o conhecimento científico;
- XI – promover o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias;
- XII – incentivar e estruturar atividades de autodesenvolvimento;
- XIII – promover congressos, simpósios, encontros e eventos similares que visem à preservação do meio ambiente;
- XIV – criar mecanismos que propiciem a otimização dos créditos orçamentários e o eficaz controle dos gastos com as ações desenvolvidas;
- XV – avaliar permanentemente os resultados das ações desenvolvidas, estabelecendo indicadores que possibilitem verificar sua efetividade.

§3º A UNICORP-TJBA deverá sistematizar, planejar, supervisionar, orientar e controlar o recrutamento e a seleção de pessoal para preenchimento de quadros da Justiça do Estado da Bahia.

Art. 2º A UNICORP-TJBA terá sua sede no município de Salvador – BA.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

(Arts. 3º ao 5º)

Art. 3º A UNICORP-TJBA tem atuação sistêmica em dois segmentos, de acordo com o público-alvo:

I – magistratura – por meio de uma Coordenação Pedagógica de Magistrados, órgão da MASB, responsável pelos cursos, ações e eventos de formação, capacitação e aprimoramento destinados a desembargadores, juízes titulares e juízes substitutos;

II – servidores e colaboradores – por meio de uma Coordenação Pedagógica de Servidores Judiciários e Colaboradores, órgão da Escola Superior dos Magistrados e Servidores Judiciários do Estado da Bahia – MASB, responsável pelos cursos, ações e eventos de formação, capacitação e aprimoramento destinados a servidores e colaboradores da Justiça Estadual.

~~Art. 4º A UNICORP-TJBA funcionará com as unidades e pessoal disponíveis no Tribunal e nas diversas áreas do Poder Judiciário, com a seguinte organização: (Revogado Conforme Resolução N. 27, de 07 dezembro de 2022)~~

~~I. PRESIDÊNCIA: a presidência da UNICORP-TJBA cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a quem compete, resguardada a autonomia da MASB, estabelecer as políticas, diretrizes e metas, auxiliado pelo Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária – IPRAJ, que prestará o apoio institucional necessário ao seu regular funcionamento. (Alterado Conforme Resolução N. 5, 21 de julho de 2010)~~

~~I. PRESIDÊNCIA: a presidência da UNICORP-TJBA cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a quem compete, resguardada a autonomia da MASB, estabelecer as políticas, diretrizes e metas, auxiliado pelas Secretarias do TJBA, que prestarão o apoio institucional necessário ao seu regular funcionamento. (Alterado Conforme Resolução N. 18, de 16 outubro de 2019)~~

~~1. Diretor: a direção da UNICORP cabe ao Diretor-Geral da MASB, desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, a quem compete observar a política estratégica, metas e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, as diretrizes pedagógicas da ENFAM – Escola Nacional de Aperfeiçoamento e Formação de Magistrados e às diretrizes e objetivos estratégicos indicados no §1º, art. 1º, do Anexo a presente Resolução;~~

~~1.1. Para o adequado exercício da sua missão institucional, o Presidente da UNICORP-TJBA poderá instituir as seguintes comissões: (Alterado Conforme Resolução N. 18, de 16 outubro de 2019)~~

~~1.1 A UNICORP-TJBA funcionará com os órgãos – Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica de Magistrados e Servidores – e a estrutura de pessoal da MASB e o apoio institucional de outras Unidades do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.~~

~~1.2 Para o adequado exercício de sua missão institucional, o Diretor da UNICORP, com a aprovação do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, poderá instituir as seguintes Comissões: (Alterado Conforme Resolução N. 18, de 16 outubro de 2019)~~

~~1.1.1. Comissão de Tecnologia de Apoio Educacional: composta por dois representantes da Gerência de Informática e Desenvolvimento Tecnológico – GID, e um representante de outra unidade do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária – IPRAJ ou da própria Secretaria-Geral do Tribunal, com as competências básicas: (Alterado Conforme Resolução N. 5, 21 de julho de 2010)~~

~~1.1.1. Comissão de Tecnologia de Apoio Educacional: composta por dois representantes da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização e um representante da Secretaria de Administração ou da própria Secretaria Judiciária, com as competências~~

básicas:

- a) ~~coordenar e executar as atividades e projetos relacionados aos sistemas de informação, à rede local, aos serviços de comunicação via *internet*, à definição de plataforma tecnológica e aos padrões de tecnologia da informação para uso na UNICORP-TJBA;~~
- b) ~~prestar suporte técnico para a aquisição de equipamentos de informática, teleprocessamento e videoconferência e, ainda, para contratação de serviços de tecnologia da informação para uso no ensino à distância;~~
- e) ~~planejar, executar e avaliar as atividades de produção de conteúdo em mídia digital para utilização nos projetos de educação à distância;~~
- d) ~~desenvolver, instalar, implantar e manter sistemas, bases de dados e rede corporativa de teleprocessamento da UNICORP-TJBA.~~

~~1.1.2. Comissão de Estudos, Pesquisas e Apoio à Gestão do Conhecimento, composta por dois representantes das áreas de Planejamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e, ainda, por um representante da Secretaria-Geral, com as seguintes competências básicas: (Alterado Conforme Resolução N. 5, 21 de julho de 2010)~~

~~1.1.2. Comissão de Estudos, Pesquisas e Apoio à Gestão do Conhecimento, composta por um representante da Secretaria de Administração, um representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização, e um representante da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com as seguintes competências básicas:~~

- a) ~~desenvolver estudos, pesquisas, diagnósticos, projetos, estratégias, modelos de gestão e de processos, sistemas normativos e de informação voltados aos segmentos jurídicos, sócio-jurídicos e de administração da Justiça Estadual;~~
- b) ~~desenvolver modelos experimentais voltados para a excelência organizacional, de forma direta ou mediante parcerias, e implantá-los na Justiça do Estado da Bahia;~~
- e) ~~avaliar os resultados organizacionais da UNICORP-TJBA, no âmbito do Estado da Bahia, em consonância com sua finalidade, missão, visão de futuro e diretrizes estratégicas;~~
- d) ~~padronizar, editar e divulgar trabalhos acadêmicos e outras publicações de interesse da Justiça Estadual que promovam a disseminação seletiva de conhecimento, boas práticas e o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados.~~

~~1.1.3. A Presidência da UNICORP-TJBA poderá, a seu critério, e em respeito à finalidade prevista no § 1º, I, designar outros profissionais para integrar as comissões instituídas, tendo em vista os seus conhecimentos técnicos ou científicos e a sua experiência comprovada. (Alterado Conforme Resolução N. 18, de 16 outubro de 2019)~~

~~1.1.3 O Diretor da UNICORP poderá, a seu critério, e em respeito à finalidade prevista no §1º, indicar outros profissionais para integrar as comissões instituídas, tendo em vista os seus conhecimentos técnicos ou científicos e a sua experiência comprovada.~~

~~2. A ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRADOS E SERVIDORES JUDICIÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA – MASB, constituída e organizada por meio de ato próprio, tendo como órgãos necessários à sua estrutura e atuação funcional: Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica de Magistrados, Coordenação Pedagógica de Servidores, todos subordinados administrativamente à Diretoria-Geral da Escola. (Alterado Conforme Resolução Nº 18, de 16 outubro de 2019)~~

~~2. Coordenador: a coordenação administrativa da UNICORP cabe ao Coordenador-Geral~~

~~da MASB, que será exercida privativamente por magistrado de Comarca da Capital, designado pelo Diretor-Geral da MASB e, que preencha os requisitos mínimos para atuação na escola judicial, como mestrado, formação de formadores ENFAM e atuação como docente em cursos presenciais e distância, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.~~

~~2.1. Para permitir a atuação funcional da Escola, deverão ser criadas, por meio de lei, Secretarias de apoio aos esses órgãos.~~

~~3. A ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRADOS E SERVIDORES JUDICIÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA — MASB, constituída e organizada por meio de ato próprio, tendo como órgãos necessários à sua estrutura e atuação funcional: Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica de Magistrados e Servidores, todos subordinados administrativamente à Diretoria-Geral da Escola. (Inserido Conforme Resolução N. 18, de 16 outubro de 2019)~~

~~3.1. Para permitir a atuação funcional da Escola, deverão ser criadas, por meio de lei, Secretarias de apoio aos esses órgãos. (Inserido Conforme Resolução N. 18, de 16 outubro de 2019)~~

Art. 4º A UNICORP-TJBA funcionará com os seguintes órgãos: (Alterado Conforme Resolução N. 27, de 07 dezembro de 2022)

~~I—Diretoria;~~ (Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023)

I – Diretoria-Geral;

~~II—Vice-diretoria;~~ (Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023)

II – Diretoria-Adjunta;

III – Coordenação administrativa;

IV – Escola Superior de Magistrados e Servidores Judiciários do Estado da Bahia (MASB), regulamentada pela Resolução n. 5, de 21 de julho de 2010, que tem em sua estrutura uma Coordenação-Geral, uma Coordenação Pedagógica de Magistrados e uma Coordenação Pedagógica de Servidores subordinadas, administrativamente, à Diretoria-Geral da escola.

§1º Para permitir a atuação funcional da Escola Superior de Magistrados e Servidores Judiciários do Estado da Bahia (MASB), deverão ser criadas, por meio de lei, Secretarias de apoio a esses órgãos.

§2º A direção da UNICORP cabe ao Diretor-Geral da Escola Superior de Magistrados e Servidores Judiciários do Estado da Bahia (MASB), desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, competindo-lhe observar:

- a) a política estratégica, as metas e as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- b) as diretrizes pedagógicas da Escola Nacional de Aperfeiçoamento e a Formação de Magistrados (ENFAM);
- c) as diretrizes e os objetivos estratégicos indicados no art. 1º, § 1º, do presente Regimento.

~~§3º A vice-direção será exercida por desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Bahia, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, competindo-lhe:~~ (Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023)

§3º A direção-adjunta será exercida por desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Bahia, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, competindo-lhe:

- a) auxiliar na Diretoria;
- b) substituir o Diretor-geral nos impedimentos legais, nos afastamentos e nas ausências eventuais.

§4º A Coordenação-Geral, a Coordenação Pedagógica de Magistrados e a de Coordenação Pedagógica de Servidores, subordinadas, administrativamente, à Diretoria-Geral da MASB, funcionarão como unidades da UNICORP, a qual também contará com o apoio institucional de outras Unidades do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

§5º A Coordenação administrativa da UNICORP caberá ao Coordenador-Geral da MASB e será exercida privativamente por Juiz de Direito, designado pelo Diretor-Geral da MASB, o qual preencha os requisitos mínimos para atuação na escola judicial, como mestrado, formação de formadores ENFAM e atuação como docente em cursos presenciais e a distância, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 4º—A Para o adequado exercício de sua missão institucional, o Diretor da UNICORP poderá instituir as seguintes Comissões: (Inserido Conforme Resolução N. 27, de 07 dezembro de 2022)

- I – Comissão de Tecnologia de Apoio Educacional;
- II – Comissão de Estudos, Pesquisas e Apoio à Gestão do Conhecimento;
- III – Comissão Científica;
- IV – Comissão de Direito Internacional e Relações Internacionais.

§1º A Comissão de Tecnologia de Apoio Educacional será integrada por dois representantes da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização e por um representante da Secretaria de Administração ou da Secretaria Judiciária, e terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e executar as atividades e os projetos relacionados aos sistemas de informação, à rede local, aos serviços de comunicação via internet, à definição de plataforma tecnológica e aos padrões de tecnologia da informação para uso na UNICORP;
- b) prestar suporte técnico para a aquisição de equipamentos de informática, teleprocessamento e videoconferência e, também, para a contratação de serviços de tecnologia da informação para uso no ensino a distância;
- c) planejar, executar e avaliar as atividades de produção de conteúdo em mídia digital para utilização nos projetos de educação a distância;
- d) desenvolver, instalar, implantar e manter sistemas, bases de dados e rede corporativa de teleprocessamento da UNICORP.

§2º A Comissão de Estudos, Pesquisas e Apoio à Gestão do Conhecimento será integrada por um representante da Secretaria de Administração, por um representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização e por um representante da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com as seguintes atribuições:

- a) desenvolver estudos, pesquisas, diagnósticos, projetos, estratégias, modelos de gestão e de processos, sistemas normativos e de informações voltados aos segmentos

jurídicos, sociojurídicos e de administração da Justiça Estadual;

b) desenvolver modelos experimentais voltados à excelência organizacional, de forma direta ou mediante parcerias, e implantá-los na Justiça do Estado da Bahia;

c) avaliar os resultados organizacionais da UNICORP, no âmbito do Estado da Bahia, em consonância com sua finalidade, missão, visão de futuro e diretrizes estratégicas;

d) padronizar, editar e divulgar trabalhos acadêmicos e outras publicações de interesse da Justiça Estadual que promovam a disseminação seletiva de conhecimento, as boas práticas e o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados.

§3º O objetivo da Comissão Científica será auxiliar a Direção-Geral na definição das propostas pedagógicas para o fomento e a democratização do acesso ao conhecimento, favorecendo o aprimoramento profissional de Magistrados e servidores, de acordo com os objetivos, a filosofia e a finalidade da UNICORP e da MASB e será composta por:

I – Membros efetivos: em número de até 05 (cinco), a serem escolhidos entre os Magistrados, da ativa ou aposentados, integrantes do Poder Judiciário do Estado da Bahia;

II – Membros honorários: em número de até 05 (cinco), a serem escolhidos entre os integrantes da comunidade, e que possuam notável conhecimento jurídico e destacada atuação na área educacional.

III – O Presidente do Poder Judiciário do Estado da Bahia, durante a sua gestão, presidirá a Comissão Científica, podendo delegar a função a magistrado de sua indicação.

IV – A composição dos membros da Comissão Científica será deliberada a cada gestão.

V – A Comissão Científica se reunirá sempre que for convocada por seu Presidente, ou por deliberação de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de seus membros.

§4º A Comissão de Direito Internacional e Relações Internacionais terá como objetivo de auxiliar a Direção-Geral na definição de propostas e estratégias relacionadas ao Direito Internacional, visando promover o debate acerca de questões de interesse global e supranacionais entre os membros da sociedade internacional, e será integrada por 02 (dois) Magistrados, da ativa ou aposentados, indicados pela Direção-Geral para a função de Presidente e de Vice-Presidente.

§5º O Diretor da UNICORP poderá, a seu critério, observada a finalidade prevista no inciso I § 1º art. 1º deste Regimento, indicar outros profissionais para integrar as comissões instituídas, considerando os conhecimentos técnicos ou científicos e a comprovada experiência do membro indicado.

Art. 4º–B A UNICORP poderá instituir Fóruns Permanentes, presididos preferencialmente por Magistrados, da ativa ou aposentados, integrantes do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

§ 1º Os Fóruns Permanentes têm por objetivo: (Inserido Conforme Resolução N. 27, de 07 dezembro de 2022)

I – formar e manter a excelência em diversos campos do saber jurídico, em relação às novas contribuições que subsidiam tais áreas, e das ciências que atendam ao interesse geral da UNICORP e do Poder Judiciário.

II – promover o aporte de conhecimento jurídico, mediante debate, nas áreas de atuação de cada Fórum Permanente;

III – incentivar o debate crítico e democrático, de modo a desenvolver a reflexão sobre novos temas jurídicos e multidisciplinares;

IV – acompanhar temas em evidência, de acordo com a evolução da conjuntura político-jurídica do país e internacional, especialmente no que diz respeito ao Poder Judiciário e às suas interações;

V – sugerir à Direção-Geral da UNICORP a realização de cursos, palestras, convênios, destinados à qualificação permanente da magistratura e dos servidores do Poder Judiciário;

VI – favorecer a reflexão sobre a adoção de métodos inovadores para otimizar a prestação jurisdicional;

VII – dirigir sua atuação ao permanente aperfeiçoamento do Poder Judiciário e da sociedade.

§2º Os Fóruns serão integrados por um mínimo de 05 (cinco) e um máximo de 10 (dez) membros, escolhidos pela Direção-Geral da UNICORP entre os integrantes da comunidade jurídica com notório saber na área do direito objeto do estudo.

§3º O Diretor-Geral da UNICORP fixará, por meio de Portaria, as áreas do direito para a instalação dos Fóruns Permanentes, a composição de seus membros, bem como as regras de funcionamento e extinção.

Art. 5º As diretrizes e atribuições dos órgãos componentes da MASB, bem como a sua estrutura organizacional, serão definidos por meio do seu ato constitutivo, respeitadas as normas da Resolução nº. 22/2008, que instituiu a UNICORP-TJBA.

CAPÍTULO III

DAS MODALIDADES DE ENSINO E EDUCAÇÃO CORPORATIVA

(Art. 6º)

Art. 6º A UNICORP-TJBA utilizará múltiplos meios e processos de difusão do conhecimento, favoráveis à aprendizagem, para atender as necessidades e especificidades das áreas de atuação da Justiça Estadual.

§1º São modalidades do processo de ensino e aprendizagem a serem utilizadas pela UNICORP-TJBA:

I – *presencial*: implica no desenvolvimento de atividades pedagógicas conduzidas com a presença física do estudante e do mediador do processo de aprendizagem, no mesmo ambiente, podendo ser exercida por especialistas internos e externos ao TJBA;

II – *à distância*: envolve a realização de atividades pedagógicas sem a presença física do estudante e do mediador do processo de aprendizagem no mesmo ambiente, apoiada em recursos tecnológicos e fundamentada no conceito de auto – aprendizagem;

III – *semipresencial*: modalidade mista que envolve atividades centradas na auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação.

§2º Para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos, o desenvolvimento das ações relativas à educação corporativa, nas modalidades presencial e à distância, serão objeto de monitoramento e avaliação em conformidade com a natureza e especificidades de cada ação.

§3º A UNICORP – TJBA deverá criar e manter equipes de profissionais especializados em implementação de ações de ensino à distância, com utilização de diversas tecnologias, por

permitir a otimização de tempo e recursos materiais, sem deslocamento físico dos participantes.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
(Arts. 7º e 8º)

Art. 7º As despesas decorrentes da implantação e operacionalização da UNICORP-TJBA são as consignadas no orçamento do Poder Judiciário, permitida a celebração de convênios de cooperação técnica com fundações, fundos, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Art. 8º As disposições contidas neste Regimento Interno serão detalhadas por manual de orientação da UNICORP-TJBA.